

10 anos da Lei de gestão de florestas públicas:

*A trajetória das Concessões
Florestais no Brasil*

19 de Abril

Terça-feira - Belém/PA
das 14h às 19h



Relatório do Evento

Realização



Ministério do
Meio Ambiente



Apoio



Relatoria do Evento



I – Motivações e Objetivos

Em 2016 a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006) completa 10 anos. Trata-se de uma oportunidade importante, tanto para celebrarmos os avanços proporcionados por este marco legal, quanto para promovermos reflexões sobre os desafios de sua aplicação, em especial em relação à expansão e à consolidação das concessões florestais no país.

Nesse sentido, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, o ICMBio, o Ideflor-Bio, o IEF-Amapá e a SEMA- Acre, com apoio da Fundação Moore, do IEB e da Coalizão Pró-UCs juntaram esforços e realizaram, no dia 19 de abril, em Belém/PA, o evento “10 anos da Lei de Gestão de Florestas Públicas: A Trajetória das Concessões Florestais no Brasil”.

O evento foi realizado com os seguintes objetivos:

- Celebrar os 10 anos da Lei de Gestão de Florestas Públicas e realizar um balanço dos principais avanços do período;
- Resgatar as motivações e as expectativas iniciais da criação da Lei e de seus instrumentos e registrar as expectativas para os próximos 10 anos;
- Identificar os principais desafios para a implementação integral da Lei e para a expansão e a consolidação das concessões florestais no país

II - Programação

O evento contou com a seguinte programação:

13h30 - Recepção

14h00 - Abertura

Informações e de dados gerais sobre as concessões florestais no Brasil

- Leonardo Martins Sobral - Gerente de Certificação Florestal do Imaflora

Reflexões Iniciais sobre as concessões florestais

- Justiniano Netto - Secretário do Programa Municípios Verdes do Pará

14h30 - Conversa Moderada “A trajetória das concessões florestais no Brasil”

- Marcus Vinicius da Silva Alves - Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do SFB
- Carlos Augusto Pinheiro - Coordenador Regional do ICMBio
- Thiago Valente - Presidente do Ideflor-Bio
- Marcos da Silva Tenório - Diretor-presidente do Instituto Estadual de Florestas (IEF) do Amapá
- Marky Brito - Diretor executivo de Floresta da SEMA- Acre
- Fernanda Belusso - Representante das Concessionárias
- Joci Aguiar - Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
- Tasso Azevedo - Moderador

16h00 - Divisão em seções de trabalho para discussão das seguintes questões

- Passados 10 anos da Lei de Gestão de Florestas Públicas, quais foram as principais conquistas e aprendizados?
- O que é necessário para avançarmos com a implementação, a expansão e a consolidação das concessões florestais no país?

17h30 - Apresentação dos resultados de cada seção

18h30 - Encaminhamentos

19h00 - Confraternização

III- Participantes

O evento contou com a participação de **94 pessoas**, representando **54 instituições**, incluindo órgãos públicos ambientais estaduais e federais, empresas concessionárias, cooperativas, associações comunitárias, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, ministério público, universidades e imprensa.

A pluralidade de participantes permitiu um rico debate, trocas de experiências e reflexões sobre a trajetória dos 10 anos da Lei de Gestão de Florestas Públicas, seus desafios e perspectivas futuras.

A lista com todos os participantes e suas instituições consta no **Anexo I**.

IV - Resultado das discussões em grupo

Na segunda metade do evento, os participantes foram divididos em cinco grupos, diferenciados por cores (branco, azul, laranja, amarelo e verde). A composição dos grupos buscou garantir a presença de uma diversidade de setores representados.

Os grupos receberam as mesmas questões norteadoras para discussão:

- Passados 10 anos da Lei de Gestão de Florestas Públicas, quais foram as principais conquistas e aprendizados?
- O que é necessário para avançarmos com a implementação, a expansão e a consolidação das concessões florestais no país?

As seções a seguir demonstram os principais pontos levantados pelos grupos, sistematizados pela Imaflora, responsável por este relatório. É importante destacar que dados o formato e a proposta do evento, os pontos levantados pelos grupos não foram necessariamente objeto de aprovação pelos presentes, mas refletem a riqueza de pontos de vistas e de questões levantadas.

Observa-se que os grupos convergiram substancialmente na sua percepção sobre as conquistas e lições depois de 10 anos da vigência da Lei de Gestão de Florestas Públicas e do Sistema de Concessões Florestais. Observa-se também que os atores envolvidos convergem bastante sobre os principais gargalos e ajustes necessários.

A memória completa de cada grupo é apresentada no **Anexo II**.

4.1. Pontos de destaque em relação às conquistas e lições aprendidas:

- **A própria existência da Lei de Gestão de Florestas Públicas** foi destacada, pois proporciona o acesso às florestas públicas, com regras definidas e com segurança jurídica e fundiária de longo prazo;
- **Segurança jurídica para o investimento privado:** o acesso às florestas públicas no longo prazo é benéfico para atrair investimentos e para aumentar a legalidade do setor;

- Como efeito da segurança proporcionada para o investimento privado, o concessionário **é estimulado a reinvestir na proteção das Unidades de Conservação que abrigam as Unidades de Manejo Florestal concedidas**, que contribui para uma gestão mais efetiva das mesmas.
- **A concessionária reforça o trabalho da proteção do órgão gestor.** As concessões trouxeram a oportunidade de resguardar as florestas públicas com a participação de empresas privadas.
- Exigências contidas nos Editais e nos Contratos de Concessão **induzem a boas práticas de manejo florestal.**

4.2. Pontos em destaque em relação aos desafios

- Percepção de que é preciso pensar **formas de diferenciar e valorizar o concessionário florestal** de outros empreendedores madeireiros: comunicar melhor para a sociedade em geral o que são as Concessões Florestais, as obrigações e deveres os concessionários aos quais estão submetidos; direcionar políticas públicas para facilitar contratação de seguro, financiamentos e abrir mercados institucionais para compras de madeira das concessões;
- **Desburocratizar** etapas fundamentais das concessões florestais, como os licenciamentos ambientais, que estão sob responsabilidade de diferentes órgãos ambientais e a existência de dois sistemas de controle do fluxo de madeira: DOF e GF; melhorar a comunicação entre os diferentes órgãos gestores, harmonizando procedimentos.
- **Aprimorar a relação com as comunidades locais;** definir mais claramente qual papel dos órgãos gestores e das concessionárias neste relacionamento; integrar de forma mais efetiva as comunidades nos processos de Concessão, que deve iniciar antes mesmo do processo de licitação; Agilizar a aplicação uso dos recursos repassados aos municípios e de investimento em infra-estrutura e serviços para comunidades locais.
- **Melhorar a comunicação e a transparência em todas as etapas e com todas as partes interessadas**, para apresentação dos benefícios das concessões, dos papéis dos diferentes atores envolvidos e do potencial das mesmas para contribuir com o desenvolvimento local e regional. Deve existir um esforço especial de comunicação e transparência para as comunidades locais e os municípios que possuem áreas sob concessão, inclusive sobre o uso dos recursos repassados e de investimento em infra-estrutura e serviços para comunidades locais.
- É preciso **envolver a Academia e pesquisadores**, principalmente locais, para ajudar a responder às perguntas importantes para as concessões florestais, como por exemplo os impactos na biodiversidade, nas comunidades locais e no desenvolvimento local e regional.
- Encontrar os meios de **viabilizar e fortalecer o manejo florestal executado pelas próprias comunidades** como forma de emponderá-las e contribuir para sua inserção real no desenvolvimento local e não apenas através dos repasses de recursos; avançar também nas concessões não-onerosas, previstas na Lei.
- **Dificuldades para a contratação de mão-de-obra qualificada para o manejo florestal**, o que muitas vezes onera as concessionárias que precisam treinar os seus contratados, dado que a preparação previa de profissionais é insuficiente.

ANEXO I. Lista de Participantes do Evento

	Organização	Nome
1	Advogada	Amélia A.Oliveira
2	Amata S/A	Luizinho de Souza
3	Amazônia Florestal	Sandro Lages
4	Assoc. Assentamento Serra do Navio	Gracinete Santos Marinho
5	Associação Comunitária AMOREMA	Elivan Costa e Freitas
6	BJFOREST	Bruno José
7	BNDES	Luiz Antonio Pazos Moraes
8	BRASADOC Timber	Luciana di Paula Pereira
9	CAMBURI REPRESENTAÇÕES LTDA	Gilson Leal Favarato
10	CAMBURI REPRESENTAÇÕES LTDA	Neuseli Maria Bergamaschi Favarato
11	Cemal	Evandro Dalmaso
12	CI-Brasil	Josinei da Silva Garcia
13	CI-Brasil	Luis Claudio Fernandes Barbosa
14	CKBV Florestal Ltda	Guilherme Stucchi
15	CKBV Florestal Ltda	Josue Evandro Ribeiro Ferreira
16	Comissão de Meio Ambiente OAB-PA	Patrícia Guimarães da Rocha
17	Comitê de Desenv. Sustentável de Porto de Moz	Pollyanna Coêlho de Sousa
18	Confloresta / Ebata Produtos Florestais Ltda	Leonidas Dahas Jorge de Souza
19	Confloresta / Ebata Produtos Florestais Ltda	Leonidas Souza
20	Consultor Ambiental	Tasso Azevedo
21	Coomflona	Alúcio Patrocínio de Souza
22	COOPERATIVA MISTA FLONA TAPAJÓS	Jeremias Batista Dantas
23	Cooperfloresta	Evandro Araujo
24	DINIZIA TRADING	Antonio Souza
25	Ekosistema Soluções Ambientais	Denys Pereira
26	EMATER Escritório Portel	Milton Nunes da Costa
27	Estuário Serviços	Carlos Augusto P. Ramos
28	FEDERAÇÃO DA FLONA TAPAJÓS	Manoel Sousa
29	FRM Brasil	Allan Silva
30	FRM Brasil	Penélope Moreira
31	FSC Brasil	Aline Tristão Bernardes
32	FSC Brasil	Fernanda Rodrigues
33	Gazeta do Povo	Antonio Sérgio Teixeira
34	Golf	VIVIAN BARROSO ALMEIDA
35	GTA	Joci Aguiar
36	IBAMA	Dennys Chrystian Pinto Pereira
37	ICMBio	Carlos Augusto de Alencar Pinheiro
38	ICMBio	Fernando Barbosa Peçanha Júnior
39	ICMBIO	Simone Nogueira dos Santos
40	ICMBio - FLONA Jamari	Áquilas Ferreira Mascarenhas
41	Ideflor-Bio	Ana Simoneti
42	Ideflor-Bio	Cintia da Cunha Soares
43	Ideflor-Bio	Denise Ferreira da Silva
44	Ideflor-Bio	Diogo Antonio Amorim Correa
45	Ideflor-Bio	Elen Mesquita de Moura do Nascimento

46	Ideflor-Bio	Iranilda Silva Moraes
47	Ideflor-Bio	Marcia T. V. Segtowich Andrade
48	Ideflor-Bio	Michele de Azevedo Pinto
49	Ideflor-Bio	Thiago Valente
50	IEB	Marcos dos Santos Silva
51	IEB	Ruth Corrêa da Silva
52	IEB	Susany Ferreira de Sousa
53	IEF - AP	Marcos Tenório
54	Imaflora	David Escaquete
55	Imaflora	Junia Karst Caminha Ruggiero
56	Imaflora	Leonardo Martin Sobral
57	Imaflora	Renato Morgado
58	Imaflora	Roberto Palmieri
59	IMASC - IND.MAD.SANTA CATARINA LTDA	Guilherme Jose Malmamm Junior
60	Imazon	Dalton Cardoso
61	Imazon	Jakeline Pereira
62	Instituto Floresta Tropical -IFT	Ana Luiza V Espada
63	Instituto Floresta Tropical -IFT	César Pinheiro.
64	Instituto Floresta Tropical -IFT	Iran Paz Pires
65	Instituto Floresta Tropical -IFT	Johan C. Zweede
66	Instituto Floresta Tropical -IFT	José Natalino Macedo Silva
67	Instituto Floresta Tropical -IFT	Paulo Roberto da Gama Bittencourt
68	ITERPA	Samuel Silva Almeida
69	Juruá Florestal	Idacir Peracchi
70	Juruá Florestal	Marcelo Peracchi
71	LN Guerra Indústria e Comércio de Madeiras	Rodrigo Luiz da Silva
72	Mendonça advogados	Estela Neves de Souza Albuquerque
73	Ministério Público do Estado	Simy de Almeida Correa
74	Nexus Consultoria	Izabel Garcia Drigo
75	OSMAR JOSE RUSCHEL	Osmar Jose Ruschel
76	OSMAR JOSE RUSCHEL	Sandra Ruschel
77	Programa Municípios Verdes	Natália Ferreira Mello
78	Rádio Cultura	Iris Bastos
79	Rondobel	Fernanda Belusso
80	Rondobel	Lucinaldo Blanatt
81	RRX Florestal	Robson Oliveira Azeredo
82	RRX Mineração e Serviços LTDA	Mauro da Silva Caldas
83	RRX Mineração e Serviços LTDA.	Felipe Cardoso de Menezes
84	Secretaria do Programa Municípios Verdes do Pará	Justiniano Netto
85	SEMA Acre	Marky Brito
86	Serviço Florestal Brasileiro	Angelo de Lima Francisco
87	Serviço Florestal Brasileiro	Evie F C Negro
88	Serviço Florestal Brasileiro	Gianni Montagna
89	Serviço Florestal Brasileiro	Marcus Vinicius da Silva Ferreira
90	STA SOLUÇÕES TECNICAS AMBIENTAIS	Andrey Pantoja Martins
91	TFT	Andressa Dias
92	TFT	Wandrea Baictz
93	UFRA	César Augusto Tenório de Lima
94	Universidade Federal do Pará	Jime Rodrigues Ribeiro

ANEXO X. Registro Completo do Trabalho em Grupo

Passados 10 anos da Lei de Gestão de Florestas Públicas, quais foram as principais conquistas e aprendizados?

Grupo Branco

Gestão dos contratos: existe abertura para discutir procedimentos e viabilizar (aperfeiçoar e simplificar). Ex. de 9 indicadores para em torno de 4 indicadores nos editais em novos editais; desonerar, tornar mais competitivo.

No âmbito federal o licenciamento do PMFS e POA para concessionário federal é mais veloz (3 meses Ibama);

Grupo Amarelo

A concessionária reforça o trabalho da proteção do órgão gestor. O grupo destacou que as concessões trouxeram a oportunidade de resguardar as florestas públicas com a participação de empresas privadas. As concessões contribuíram para evitar invasões, roubos de madeiras. O poder público tinha muito dificuldade de proteger essas áreas sozinho. Foi enfatizado que com a concessionária operando na Flona de Jamari desonerou o estado na proteção dessa floresta. A concessão facilita e desonera nosso trabalho na Flona do Jamari. O órgão gestor não precisa de tanta atenção a essas áreas, podendo dedicar mais tempo a proteção de outras áreas.

A lei de gestão foi destacada como um marco importantíssimo, pois trouxe mudanças fundamentais para permitir a concessão das florestas públicas e criar institucionalidade.

Ter segurança quanto ao uso no longo prazo leva a parte do resultado ser reinvestido no próprio manejo e na floresta pública.

Só estamos fazendo essa conversa agora, após 10 anos. Devemos fazer essa discussão bial pelo menos para corrigir rumos.

O volume de dados gerados pelos concessionários é muito grande o que poderia ser aproveitado para pesquisas. Ainda é cedo para falar em resultados, mas já podemos sinalizar impactos positivos sobre a flora. Já fauna tem uma tendência a se afastar devido a movimentação mais intensa na área.

As exigências técnicas da concessão próximas à certificação exigiu que os engenheiros florestais e outros técnicos envolvidos investissem muito em sua capacitação e ainda assim muito não conseguiram alcançar o nível necessário.

Grupo Laranja

Avanço no diálogo entre órgãos envolvidos.

A concessão trouxe uma estabilidade para a empresa – possibilidade de acesso à mercados e aos trabalhadores;

A empresa auxilia no controle da área contra invasões, reduzindo o desmatamento. Trouxe

maior legalidade ao setor.

Evolução das boas práticas e manutenção da equipe.

desenvolvimento local com a contratação de mão de obra local e utilização e geração de recursos locais.

Reflexão: O sucesso ou o fracasso das política de concessão é resultado da participação dos diversos atores que participam da discussão e implementação das políticas.

Grupo Verde

A própria existência da Lei de Gestão de Florestas Públicas

A lei permitiu o acesso aos recursos florestais

Antes era preciso ser latifundiário para acessar esses recursos

As concessões proporcionaram um aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação nas quais ocorre

A lei fomenta o setor florestal

O Estado agora detém maior controle sobre suas terras

Reconhecimento das comunidades locais como stakeholders da atividade florestal

Concessão é um instrumento robusto

Contribui com a regularização fundiária

Construção participativa da lei

Existência do cadastro de florestas públicas

Grupo Azul

Questões fundiária tiveram um retrocesso no PA.

A lei veio para resolver o problema de um setor (madeira ilegal) e criou um conflito com indígenas, quilombolas e ribeirinho que ainda não tiveram suas áreas tituladas;

Algumas UCs onde as concessões foram instaladas, tinham problemas ligados a sua instalação;

A comunidade do entorno ainda não possui titulação – o regulamento /ordenamento fundiário - enfrentar o passivo fundiário e ambiental;

Mesmo estando em UCs federais, o processo possui problemas de criação (as comunidades que estavam antes da concessão não receberam seu direito real de uso ou qualquer titulação antes do contrato de concessão)(precisa instrumentar as comunidades antes);

Exploração ilegal de madeira no entorno – mistura com a madeira da concessão;

Os sistemas de comando e controle não apoiam o manejo florestal. Atualmente apresentam muita dificuldade;

A burocracia do sistema de comando e controle trava o processo;

O programa de manejo comunitário do estado e do federal não está funcionando. Sem equipe e sem recursos;

A presença de empresas concessionárias regulou muita coisa em relação a legalidade;

Os órgãos gestores não possuem infraestrutura para gerenciar as UCs;

O Serviço florestal não cuidou do devidos encaminhamentos das concessões que entregaram;

O plano de proteção florestal não está efetivo;

O ICMBio se sente muito onerado pela concessão;

A existência de dois sistemas DOF e GF dificultam a operação;

Dificuldade de entendimento da burocracia pelos manejadores, especialmente pelos comunitários;

O estado não possui políticas de comando e controle suficientes para a necessidade atual – os órgãos de governo não consegue responder à necessidade;

O que é necessário para avançarmos com a implementação, a expansão e a consolidação das concessões florestais no país?

Grupo Branco

Diferenciar/valorizar o concessionário florestal de outros para valorizar a fim de facilitar transações necessárias (seguro, financiamentos, etc). Como? Ações de comunicação? Políticas públicas direcionadas (Plano Safra concessões), De promoção dos produtos das concessões?

Dar celeridade ao processo de licenciamento, inclusive o licenciamento das outras atividades (licenciamento infra estrutura, portos, etc) que não seguem a mesma velocidade;

Executar uma análise geral do regramento atual das concessões e listar pontos a melhorar no intuito de diminuir burocracia, retirar as etapas desnecessárias e ver como melhorar, talvez assumindo que existe um compromisso assumido, contratual e uma política pública por trás: Relações com as comunidades:

i) melhorar a comunicação com as comunidades já antes da licitação e

ii) em todas as etapas, dar retorno das auditorias; trazer para dentro....

iii) como incorporar efetivamente o pessoal das comunidades nas concessões e também emponderar as comunidades? Quais são as barreiras? Quais são as responsabilidades do empresário? Quais as responsabilidades dos gestores públicos?

iv) Como estimular as comunidades a desenvolver sua participação ativa e desenvolver seus projetos de desenvolvimento? Como fazer o instrumento da concessão ser um instrumento de desenvolvimento local?

v) não somente A2 para as comunidades, mas também o outro recurso do município fosse para as comunidades afetadas e não para outras coisas. Será?

Grupo Amarelo

A concessionária tem que prestar contas para 3 instituições cada um com um sistema diferente. Deve-se pensar em um caminho mais simples. A lei precisa ser refinada para tirar alguns gargalos e dar mais fluidez para alcançar números mais significativas perto do que poderia ser.

Pesquisa: falta estratégia e plano de médio e longo prazo para pesquisas sobre os efeitos na biodiversidade e nas comunidades e sobre viabilidade econômica. Institutos de pesquisa ainda estão um pouco distantes das concessões florestais. Tem um campo amplo de estudo para estudos de longo prazo, mas ainda não aproveitado. As concessões tem o potencial de viabilizar pesquisas de longo prazo, já que as concessões são de longo prazo.

Falta mais transparência para que municípios e comunidades saibam os benefícios da concessão florestal. A falta de informação vai desde questões básicas para abordar mesmo com técnicos das secretarias de meio ambiente. Para as comunidades mais diretamente afetadas, a falta de informação é ainda maior. O grupo destacou que trazer mais informação e transparência sobre os processos de concessão trarão uma imagem mais positiva sobre para a comunidade local e demais envolvidos. Sugere-se começar divulgando melhor o que já foi feito. Aproveitar os espaços já instituídos como conselhos da UCs e do município, mas só esses espaços não são suficientes. A transparência e mais participação na destinação do recurso é o que se deve focar muito atenção.

Sobre o uso do recurso: os recursos devem ser investidos prioritariamente nas comunidades locais. Isso contribuiria muito para melhorar a imagem das concessões nas localidades em que estão acontecendo.

As exigências técnicas elevam muito o preço do manejo, ficando muito difícil a viabilidade para quem trabalha no mercado nacional. São 3 anos só investindo sem retorno financeiro. Citou exemplo uma concessão estadual que pediu para desistir por só trabalhar no mercado nacional. O que está salvando é o dólar para quem exporta. É necessário rever os preços e também as exigências técnicas. Aplicaram a cartilha da certificação FSC para fazer as concessões e assim com exigências pesadas para os concessionários que aí disputam o mercado com quem trabalha a um custo bem menor.

Acrescentar à lei previsão para o caso de abandono da concessão pela empresa: Flona de Jamari sofre com o caso de uma empresa que investiu na infraestrutura e abandonou a área de forma que facilitou a entrada do ilegal. Toda a estrutura ficou na responsabilidade do ICMBio. É preciso discutir o que fazer no caso da empresa quebrar. Quem assume a responsabilidade para retirar essa infra-estrutura? Quem assume os custos adicionais para proteger a área agora que o acesso foi facilitado, portanto demanda mais atenção?

As empresas relataram a dificuldade de mão de obra qualificada. Elas têm que formar sua equipe, já que o mercado não prepara mão de obra para lidar com concessões em florestas públicas. A maior parte das pessoas não consegue chegar ao nível exigido.

Concorrência local: localmente, não há reconhecimento do valor da madeira bem manejada de forma que concorreremos com o clandestino que opera livremente por falta de fiscalização.

Necessidade de equalizar os preços entre concessionários - Contratos novos melhores que os atuais – concorrência entre concessionárias: Os primeiros concessionários em parte se prejudicaram, pois fizeram proposta e assinaram contrato com muitas incertezas e exigências bem mais rígidas que os novos contratos. Muito se aprendeu de forma que os novos contratos são melhores, mas os antigos continuam com o mesmo contrato com cláusulas difíceis de cumprir. Há casos em que ficou inviável para o concessionário. Nesses casos, necessidade de demonstrar a inviabilidade de concessão para renegociar, pois o interesse de todos é que a concessão vá em frente. Atenção para concessões estaduais e as federais para que sejam ofertadas em condições similares.

Esclarecimento às comunidades – estratégia de comunicação: A população local tem tomado conhecimento sobre a concessão tardiamente e de forma insuficiente. É necessário pensar em estratégias de comunicação para chegar a essas comunidades. Seria ótimo que as audiências públicas fossem dentro das comunidades em uma linguagem acessível, mas isso é impraticável. Alternativamente, pode ser mais viável fazer visitas técnicas incluindo as comunidades nessas visitas.

Necessidade de estudos de viabilidade para saber quando vale cada área de forma a chegar em preços da concessão mais justos para todas as partes e salvaguardar o processo de aventureiros que jogam preço muito baixo, o que é inviável. Ganham a concessão e depois reincidem. É preciso rever questões específicas, com, por exemplo, cobrança por tronco oco.

Mercados institucionais: um caminho para promover as concessões é compras públicas conectados com outras políticas, por exemplo, moradias.

Grupo Laranja

Necessidade fortalecer diversos órgãos, estabelecimento de diálogos com os órgãos com gestão especializada. Estrutura estadual não promove a inter-relação entre órgãos públicos.

Relação empresa x comunidades. As concessões estão ainda moldadas para o setor empresarial.

Necessidade de verificar os impactos locais.

Viabilizar e fortalecer o manejo comunitário. Avançar nas diretrizes da própria lei.

Necessidade de melhoria na destinação dos recursos da concessão e que sejam aplicados nas comunidades do entorno e desenvolvimento local.

Reforçar a atuação dos diferentes atores que participam do processo das concessões.

Desafio: mudar a visão da sociedade sobre as concessões, sobre o manejo florestal e sobre o setor madeireiro. Necessidade de avançar no entendimento da sociedade sobre o que são as concessões. Fazer um marketing positivo.

Reforçar a atuação dos diferentes atores que participam do processo das concessões. O desenvolvimento local só é possível através de processos locais e a atividade florestal é local. Essa atividade traz emprego renda, educação, saúde etc.

Necessário fortalecimento das empresas, promovendo viabilidade econômica. Não há incentivo do governo.

Especialização dos órgãos públicos sobre o tema

Relação das empresas com o entorno.

Harmonização entre as políticas

Incentivar usos múltiplos: resíduos, não madeireiros e serviços.

Fomento à boa gestão florestal

Grupo Azul

Criação de um GT para encaminhar junto ao governo (próximas reuniões do cgflop e comef);

Envolvimento da academia, especialmente local;

É necessário instrumentalizar as comunidades locais e resolvam os passivos das mesmas antes;

O sistema de comando e controle deve ser repaginado de forma que apoie a concessão;

Importância de explorar a concessão não onerosa, feita pelo manejo comunitário;

Qualidade do manejo florestal – discutir indicadores de qualidade;

Necessidade de mais esclarecimento e envolvimento da sociedade;

A agenda do manejo deve ser prioridade do governo;

O recurso pago pela concessão deveria ser pago para as UCs que estão sendo concedidas (vão para o caixa geral) (destinação para o local onde há real necessidade);

Pensar via Funbio para criação de um mecanismo de gerenciamento dos pagamentos feitos pelas concessões (lei) (revisão e regulamentação);

Os sistemas de comando e controle deveriam se unificados (DOF e GF);

Concessões devem ter prioridade para o licenciamento;

Necessidade de reajuste de preço – fórum de discussão anual – recortando apenas concessionários para apoiar a regulação;

É preciso incluir infra de portos e estradas antes do licenciamento;

O debate florestal deve incluir muitos outros atores (especialmente locais) que hj não está na discussão;

Grupo Verde

Baixa qualificação de profissionais na área florestal

Necessidade de aumentar a capacitação profissional

Necessidade de aprimorar as audiências públicas e a relação com as comunidades do entorno

Manutenção do empresário em um contrato de longo prazo

Dificuldades burocráticas para o licenciamento, que envolve muito órgãos

Desburocratização do licenciamento

Em função da burocracia, existe demora excessiva entre assinatura do contrato e o início da operação

Burocracia

Sobreposição de atribuições entre órgãos licenciadores e fiscalizadores

Resgatar os espaços de debate sobre manejo florestal comunitário e sobre concessões

Necessidade de aprimoramento das normas e das práticas de relação entre concessionárias e comunidades do entorno
